

## SANTO ELESBÃO E SANTA EFIGÊNIA

O velho templo que se ergue na rua da Alfândega, no trecho compreendido entre a Avenida Passos e a rua Gonçalves Ledo, e que o povo conhece como sendo de Sta. Efigênia, tem dois oragos: — Sto. Elesbão e Sta. Efigênia. Esses santos são de origem africana, pois foram respectivamente imperador da Abissínia e princesa da Núbia, países que fazem parte do mapa do continente negro. A devoção a êsses dois representantes da côrte celestial foi, por certo trazida para o Rio de Janeiro pelos nativos africanos, durante o tráfico de escravos.

As imagens dos dois santos eram, a princípio veneradas em uma casa particular na Freguezia da Candelária, onde contavam com muitos fiéis.

No ano de 1740, um grupo de devotos de Sto. Elesbão e Sta. Efigênia, chefiados por Antônio Bastos Maya, Francisco das Neves, Antônio Pires Santos e Francisco Vieyra, achando que num templo as ditas imagens teriam adoração mais conveniente e adequada, resolveu transportá-las para a Igreja de S. Domingos, hoje desaparecida.

Depois de ali instaladas as imagens, foi pedida licença a D. Antônio da Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro, para fundarem a respectiva Irmandade.

Antes de conceder a provisão o Bispo desejou ouvir a opinião do Vigário da Candelária sôbre o assunto; em 23 de abril de 1740 recebia D. Antônio de Guadalupe a seguinte carta, em resposta à consulta que fizera:





SANTO ELESBÃO E SANTA EFIGÊNIA



— “Exmo. Revmo. Sr. — São tantas as Irmandades de Pretos que a multiplicidade dellas tem feito menos fervorosa a sua devoção; já os pretos minas têm outra confraria do Menino Jesus cita na Capella de S. Domingos, na qual não há muito fervor e augmento, porém agora se apresenta um rôl de mais de settenta Irmãos e Irmãs que se têm aggregado a êstes Santos; e me parece que por serem da sua côr serão mais efficazes e constantes no fervor e devoção que agora mostram ver. V. Excia. mandará o que fôr servido”.

Com a aprovação do Bispo, datada de 7 de maio de 1740, constituiu-se então a Irmandade que era composta de pretos, fôrros e escravos, procedentes de Cabo-Verde, Costa da Mina, Ilha de S. Tomé e de Moçambique. Era, no entanto, sem que se soubesse o motivo, proibida a inclusão dos pretos oriundos de Angola.

E assim viveu a agremiação religiosa na igreja de S. Domingos, desde 1740 até 1754.

\* \* \*

Trabalhando sempre pelo progresso da instituição, conseguiram em 1745, os Irmãos de Sto. Elesbão e Sta. Efigênia um terreno para a edificação de sua igreja. Esse terreno era situado nas cercanias do campo de S. Domingos, portanto fora dos limites da cidade, em local quase que completamente desabitado, pois, como é do domínio de todos, naquela época a cidade propriamente dita, extendia-se apenas até a rua da Vala (atual Uruguaiana).

Passada a provisão da licença para a ereção do templo, logo foi dado início aos trabalhos, com o auxílio pecuniário dos senhores dos escravos, tendo a pedra fundamental sido benziada em 1747. A igreja completou a sua construção e foi entregue ao culto público em 28 de agosto de 1754, em dia de grande festa.

Junto da igreja fundou-se o cemitério, como, aliás, era costume no tempo, para nêle serem inhumados os irmãos; essa concessão, logo depois, foi ampliada, permitindo o enterra-



mento ali a todos os escravos, mesmo não pertencentes à congregação.

O cemitério existiu até 1850, quando o Visconde de Monte Alegre, então Conselheiro Chefe de Polícia, resolveu suspender os enterramentos nas igrejas e nos cemitérios às mesmas contíguos. Assim, os escravos passaram a ser sepultados nos cemitérios da Ordem 3.<sup>a</sup> de São Francisco de Paula, em Catumbi e no da praia do Cajú. E o terreno que servira de campo-santo foi arrendado em 1860, e depois vendido para, com o produto da operação, serem custeadas as obras da igreja, realizadas em 1868.

\* \* \*

Não esqueciam os cativos os usos e hábitos de suas pátrias distantes, e a saudade vivia a lhes amargar o coração.

Segundo precedente aberto para as Irmandades de N. S. do Rosário e S. Benedito e N. S. da Lampadosa, requereram em 1764 os irmãos de Sto. Elesbão e Sta. Efigênia, à autoridade competente, permissão para a criação dos cargos de Imperador, Imperatriz, Príncipe e Princesa de Estado. Era isso uma feliz ilusão, que davam às suas almas torturadas, de estarem por instantes em suas terras longínquas; uma saudosa evocação da côrte nativa que, por certo, nunca mais veriam...

Despachando o documento, o Procurador da Mitra, declarava-se favoravelmente ao pedido por julgar "ser este o melhor meio de que tinham consolação entre tantos trabalhos do captiveiro".

Depois da cerimônia da coroação dos "soberanos", tôda a côrte africana vestida convenientemente e constituindo enorme séquito, saía às ruas a implorar esmóltulas em benefício da Irmandade.

A duração do "poder" era de três anos, durante os quais a Irmandade conferia grandes regalias aos eleitos. Mas a não ser essas regalias que recebia, não tinham eles a menor interferência no govêrno dos bens da agremiação.

\* \* \*

Ao terminar o ano de 1764, surgiu um contratempo na Irmandade. Verificara o Provedor de Capelas e Resíduos que



o compromisso não havia ainda sido submetido à aprovação de D. José, Rei de Portugal.

Imediatamente deu providências no sentido de ser regularizada a situação, e encaminhou um requerimento, por intermédio do Procurador Geral das Ordens, ao Tribunal da Mesa de Consciências, em Lisboa.

E somente em 11 de março de 1767, chegou ao Rio de Janeiro o ofício em que se considerava revalidada a permissão para a instituição da Irmandade de Sto. Elesbão e Sta. Efigênia, a qual resava o seguinte:

— “D. José, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquem e d'Além mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista, da Navegação e Comércio da Ethiópia, Arábia, Pérsia e da India, como Governador perpétuo, administrador que sou do Gram Mestrado, Cav.º da Ordem de N. S. Jesus Christo;

“Faço saber aos que esta Minha Provisão virem que por não poderem erigirem sem faculdade Minha Irmandades ou Confrarias nas Igrejas das Conquistas ultra-marinas por serem pleno-jure da Minha ordem, e da Minha jurisdição, in solidem como perpétuo Governador, d'ella, attendendo ao que me representaram os Irmãos da Irmandade dos Santos Elesbão e Ephigênia, terem alcançado licença do ordinário da mesma Diocese, para a sua criação, cuja incompetência reconhecendo agora, e a jurisdição a que a dita Ordem compete, me pediram fôsse servido sanar a nullidade com que a dita Irmandade tinha sido erecta, revalidando a referida licença, o que visto a resposta do Dezembargador Procurador Geral das ordinárias;

“Hei por bem fazer Mercê ao Juiz e mais Irmãos da sobredita Irmandade de lhe approvar a erecção da mesma, revalidando, com esta Minha Real approvação a licença que, nulla e incompetente tiveram do ordinário, para a erigirem; e esta se cumpra e guarde e como nella se contém, sendo passada pela Chancelaria da Ordem.



“El-Rey, Nosso Senhor, mandou pelos DD. Manoel Pereira de Lima e Sebastião Mendes de Carvalho, deputados do despacho da Mesa de Consciência da Ordem. José do Nascimento Pereira a fêz em Lisboa, aos 11 de março de 1767”.

Em outra provisão de igual data aprovava o mesmo rei o compromisso vigente na Irmandade, ordenando apenas que se suspendesse a proibição da admissão de escravos originários de Angola, pois que todos deviam ser iguais perante Deus, e determinava ainda que os senhores dos escravos contribuíssem com parte das jóias dos membros da Administração.

O compromisso esteve em vigor até o ano de 1797, quando foi reformado e submetido à aprovação do então Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio do Destêrro, que o deferiu integralmente, sendo a provisão passada pelo Escrivão da Câmara Eclesiástica.

\* \* \*

As festas dos oragos eram realizadas sempre num mesmo dia, apesar da Igreja dedicar à Sta. Efigênia o dia 21 de setembro, e o dia 27 de outubro a Sto. Elesbão.

No domingo imediato à celebração da festa dos padroeiros, realizava-se com grande pompa outra festividade; essa era em honra à N. S. dos Remédios, sendo previamente eleito para superintender a solenidade um irmão com o cargo de Juiz.

Esse costume, extra-compromissal, se manteve até o ano de 1868, quando foi criada a devoção de N. S. dos Remédios, que durou mais alguns anos.

Também a Ordem 3.<sup>a</sup> de N. S. das Mercês, em 1858, endereçou uma proposta à Irmandade, no sentido de com a mesma fazer fusão. Nada, no entanto, foi resolvido.

Em 31 de dezembro de 1869, a Irmandade concedia licença para a realização da primeira festa da devoção do Senhor do Bomfim. Anos depois, no entanto, essa devoção se extinguiu.

Outra devoção do mesmo Senhor do Bomfim, muitos anos mais tarde, viria se instalar no templo do Sto. Elesbão e Sta. Efigênia. Foi em 26 de abril de 1904, quando da demolição da igreja de S. Joaquim, na Rua Larga. A Diretoria daquela



devoção que ali funcionava, fôra intimada a deixar o altar no prazo de 24 horas, e assim ia bater à porta do velho e hospitaleiro templo da rua da Alfândega a procura de abrigo, o que lhe foi logo concedido.

\* \* \*

Com a assinatura da lei de 13 de maio de 1888, pela Princesa Dona Isabel, em que declarava extinta a escravatura no Brasil, a Irmandade sofreu um rude golpe. Libertos todos os cativos, muitos dêles deixaram a capital, e se dirigiram para o interior do país, a procura de melhor vida.

Nesse período, isto é, desde a promulgação da Lei Áurea até os primeiros anos dêste século, pouco se sabe a respeito da existência da Irmandade, além dos prejuízos que teve com a diminuição da frequência aos cultos e a franca decadência, que se acentuava dia a dia.

Era necessário, porém, um grande esforço, embora sobre-humano, para que não desaparecesse um santuário que vivia desde tão longa data.

A igreja estava em estado lastimável e urgia uma reforma.

Nessa contingência foram vendidos os prédios do seu patrimônio para fazer face às despesas. O templo fechou suas portas em julho de 1913 para sofrer os concêrtos de que carecia, tendo as imagens que nêle residiam sido recolhidas à Igreja do Rosário.

Um ano e três meses mais tarde, isto é, em 31 de outubro de 1914, terminadas as obras, voltaram as imagens a ocupar os seus respectivos lugares, realizando-se nessa ocasião aparatosa procissão.

\* \* \*

Como dissemos no princípio desta crônica, Sto. Elesbão, nasceu na Etiópia, de cuja nação era imperador. Transcrevemos aqui o que escreveu em 1735, em Lisboa, o Padre D. José Barbosa, cronista da Casa de Bragança e Membro da Academia Real:

— “A vida dêste Príncipe é um exemplo para todos os estados de pessoas; os despresadores do mundo verão um Ge-



neral sem ambição de fama; verão um Príncipe que, sendo dos mais poderosos do mundo, não fêz caso de tôdas essas aparências que, ordinariamente, são avaliadas como realidades permanentes, e que embainhando a espada tantas vêzes vencedora da tirania e barbaridade, renunciou o Reino, trocando a Majestade da púrpura pela humildade de um hábito religioso. A virtude não tem parentoso com as côres, porque a alma não participa de um acidente tão leve. E assim como para Deus não há distinção de pessoas, também para a Virtude não há diferença de côres”.

O Carmelitano Frei José Pereira de Sta. Ana, referindo-se em 1730 a Sto. Elesbão, qualificou-o de Advogado dos Perigos do Mar, e afirma ter êle sido o 47.º imperador etiope, e indica que a sua morte ocorreu entre os anos de 530 e 540.

Sta. Efigênia — conforme diz o mesmo Frei José Pereira de Sta. Ana, em seu livro publicado em Lisboa em 1738, sobre a vida da princesa da Núbia, foi um modelo de virtude e de santidade. Filha do rei Egiptto, converteu-se à religião católica, recebendo a água batismal por intermédio do Apóstolo S. Mateus. Indiferente sempre aos prazeres do mundo, fêz-se religiosa, fundando um convento de freiras carmelitanas.

A imagem de Sta. Efigênia, que é de côr preta como Sto. Elesbão, tem o hábito carmelita, escapulário, e sobre os ombros uma capa branca. A mão direita segura uma cruz, e a esquerda uma igreja em chamas, significando o incêndio criminoso que destruiu o seu convento. Aos pés da imagem um diadema real simboliza o desprêso da princesa pelas glórias da côrte nubiana.

\* \* \*

A igreja por dentro é sumamente modesta, sem luxos nem galas. Contudo, dentro dessa simplicidade acolhedora, há tudo quanto necessitam as almas para elevarem o seu pensamento ao céu numa prece de fé e confiança — o silêncio, as imagens, e até uma certa obscuridade que auxilia a concentração.

Conta o templo oito altares, dispostos quatro de cada lado, além do da Capela-mor. Nessa capela, que é uma das mais fundas que existem nos templos do Rio de Janeiro, estão as imagens de S. Sebastião, protetor da cidade, S. Maron e N.



S. do Líbano, tendo aos lados N. S. da Conceição Aparecida e N. S. de Lourdes. No trônio, em cujo cimo se vê o emblema da Irmandade, estão colocadas as imagens de Sto. Elesbão e Sta. Efigênia, e logo a seguir N. S. do Carmo, padroeira do Convento a que pertenciam os santos africanos.

Nos altares do lado da Epístola, estão, no primeiro, São Miguel Arcanjo e Sta. Joana d'Arc; no imediato, o Senhor do Bomfim, cuja devoção ali funciona desde a demolição da igreja de S. Joaquim, em 1904, e ainda N. S. da Guia e S. Francisco de Borja. O terceiro altar é ocupado por S. José e N. S. do Rosário. Esta última imagem, segundo pesquisas de técnicos, deve contar mais de um século. No quarto altar está Sta. Terezinha.

Do lado do Evangelho encontram-se, no primeiro altar a imagem de S. Bom Homem, patrono dos comerciantes. De acôrdo com a história religiosa êsse santo nasceu em Cremona, na Itália, no ano de 1175, recebendo o nome de Homobonus, e faleceu em 13 de novembro de 1197. Filho de um negociante abastado, passou tôda a vida praticando a caridade. A sua canonização foi feita pelo Papa Inocêncio 3.º, e a devoção está sediada na Igreja de Sta. Efigênia desde fevereiro de 1875, tendo o seu altar sido doado por Júlio Antunes Marcelo.

O altar seguinte é dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria. O terceiro pertencente a N. S. das Dôres e S. Judas Tadeu, tendo abaixo o esquite do Senhor Morto, e finalmente o último é de N. S. da Conceição.

No altar da sacristia acha-se a imagem de Jesus de Nazaret, um grande nicho com a Sagrada Família, imagens estas que foram doadas à Irmandade pelo segundo imperador do Brasil, e que estavam expostas na antiga capela do Externato do Imperial Colégio Pedro 2.º. São imagens velhíssimas que além da sua invocação religiosa, representam uma carinhosa lembrança do grande monarca.

\* \* \*

No dia 11 de novembro de 1914, foi celebrada a primeira missa na igreja da rua da Alfândega, em honra de São Domingos de Gusmão, sendo em 1924, transferida do Convento de Sto. Antônio a imagem do Patriarca, que ali se achava, e



iniciada, por provisão do Cardeal D. Sebastião Leme a restauração da Ordem de S. Domingos.

\* \* \*

Ultimamente, em 1943, quando foi demolida a velha igreja de S. Domingos, a Irmandade de Sto. Elesbão e Sta. Efigênia, dirigiu-se em procissão àquele templo, para buscar a imagem e abrigá-la na rua da Alfândega, onde ainda se encontra juntamente com outras, até que seja edificada na Tijuca a nova igreja daquele Santo.

\* \* \*

Desde 1933, celebra o seu culto em Sta. Efigênia a Missão dos Padres Maronitas.

E' a segunda vez que ali se estabelecem os religiosos libaneses, pois em 1900, já outra missão ali esteve sediada. Naquele tempo, porém, a sua passagem deixou lembranças bastante desagradáveis à Irmandade. Alguns dos hóspedes, por espírito de prepotência, queriam exigir preferência para a celebração dos seus cultos, em detrimento dos serviços religiosos dos donos da casa. As desinteligências se agravaram e, como era fatal, os maronitas tiveram que deixar a igreja.

A atual missão ali encontrou guarida em atenção à solicitação do Cardeal D. Sebastião Leme, por intermédio do atualmente Cônego Assis Memória.

Ao contrário do que sucedera com a anterior, mantém a Missão Maronita as mais cordiais relações com a Irmandade. E para comprovar essa asserção, basta lembrar que as imagens de S. Maron e de N. S. do Líbano, que se acham no altar-mor, foram presenteadas à igreja pela Missão Maronita.